



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Pesquisa da UFABC

ATA Nº 005/2023/COPES

1 Ata da V Reunião Ordinária da Comissão de Pesquisa da UFABC (Copes/UFABC), realizada no
2 Auditório Carlos Chagas, Bloco L, 3º andar, no campus de Santo André, às quatorze horas do dia
3 vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e três. A reunião foi presidida por Roosevelt
4 Droppa Júnior, e contou com a participação de Marcelo Salvador Caetano, Fábio Danilo
5 Ferreira, Juliana Marchi, Helvia Arandas Monteiro Giacon, Jorge Diego Marconi, Silvia Honda
6 Takada, Alessandra Batista, Lilian Watarai e Lucas Trombeta. Justificaram ausência: a
7 representante titular da PROPG, Patrícia Teixeira Leite Asano, os representantes da PROEC,
8 Edson Pinheiro Pimentel e Gabriela Rufino Maruno, a representante titular da PROAP, Claudia
9 Regina Vieira, o representante titular dos técnicos-administrativos, Felipe Augusto Anon da
10 Silva, e a representante titular dos discentes de pós-graduação, Ana Leticia Mafra Salla.
11 Roosevelt iniciou a sessão de **Informes** agradecendo a presença de todos, e informando estar
12 substituindo os pró-reitores de pesquisa, devido a imprevisto ocorrido com o Pró-Reitor titular
13 (falecimento de pessoa da família), e devido à indisponibilidade do Pró-Reitor Adjunto, por
14 motivo de carga didática em horário concomitante ao da reunião. Ele explicou que, dada a
15 ordem das substituições, ele atuaria como Presidente em exercício, uma vez que é o substituto
16 temporário do Pró-Reitor de Pesquisa, em tais situações. Ele informou que Alessandra, como
17 membro e secretária da Copes, faria sua assessoria, por estar inteirada dos assuntos a serem
18 tratados. Roosevelt passou então a palavra a Alessandra. Ela iniciou explicando que Jorge optou
19 por não realizar o *follow-up* quanto às novidades relacionadas à compra de equipamentos,
20 incluindo cilindros para N2 líquido, esclarecendo que poderia ser mais adequado trazer a
21 discussão como um novo item de expediente para a próxima reunião. Alessandra passou então
22 aos informes da Propes. Ela apresentou brevemente o documento contendo dados dos
23 Projetos Finep em execução, compilado pela Propes a pedido dos membros da Copes,
24 explicando que, por se tratar de documento com um grande volume de dados e já enviado
25 entre os anexos da reunião, não seria necessário esmiuçar. Ela então passou ao informe quanto
26 ao calendário da Propes para realizar os processos seletivos de bolsistas para atuação na
27 modalidade de treinamento e apoio técnico em pesquisa (TATP). Alessandra optou por projetar
28 a agenda da Propes, contendo não somente as datas, mas também detalhes sobre as etapas do
29 processo, e sobre como os servidores da Propes se organizam, juntamente com as
30 coordenações das áreas ou núcleos ofertantes das bolsas, para cumprir cada etapa. Ela usou
31 essa agenda para explicar o passo a passo aos membros e inteirá-los melhor quanto ao
32 calendário proposto. **Ordem do dia. 1) Aprovação da Ata da IV reunião ordinária de 2023,**
33 **realizada em 04/10/2023.** Jorge pontuou um erro referente ao valor unitário dos cilindros para
34 N2 líquido. Alessandra realizou a correção. Roosevelt colocou a aprovação da ata em votação. A
35 ata foi aprovada com 1 (uma) abstenção. **2) Aprovação do calendário de reuniões para 2024.**
36 Alessandra apresentou a proposta de calendário, e abriu a palavra aos membros para
37 discussão. Jorge contestou a proposta, afirmando haver poucas datas de reunião, dado o
38 aumento significativo do volume de discussões que vêm se desdobrando na comissão, sendo
39 necessários, em sua visão, mais encontros. Fabio concordou com Jorge em relação ao aumento

40 do volume de discussões, porém, sugeriu que a comissão mantivesse o calendário e fosse
41 realizando os ajustes, com eventuais acréscimos via reuniões extraordinárias, conforme
42 necessário. Marcelo pontuou que a data da reunião de setembro poderia ser um pouco
43 problemática, por se tratar de período de recesso, havendo, assim, o risco de não se formar
44 quórum. Ele cogitou alterar para o dia 18/09. Alessandra registrou a sugestão. Ela então
45 perguntou aos membros se, mediante essa alteração, haveria chance de o calendário ser
46 aprovado. Marcelo reforçou a importância de retomar o regimento da Copes para encaminhar
47 a questão da periodicidade das reuniões. Alessandra projetou o regimento em tela para
48 conferência de todos quanto a seu teor, sendo confirmada a periodicidade bimestral dos
49 encontros. Marcelo propôs que o calendário, tal qual fora apresentado, fosse colocado em
50 votação e, em outra ocasião, com a devida colocação do item em pauta, a comissão poderia
51 discutir uma revisão do regimento para fins de alteração dessa periodicidade. Roosevelt abriu a
52 votação. Mediante alteração da reunião de setembro para o dia 18, o calendário foi aprovado,
53 com 1 (um) voto em contrário. 3) Aprovação da minuta de revisão da Resolução Copes nº 02
54 (regramento do processo seletivo para concessão de bolsas de Treinamento e Apoio Técnico em
55 Pesquisa - TATP). Em relação ao texto consolidado da minuta, enviado aos membros como
56 anexos da reunião, Alessandra perguntou se restavam dúvidas ou pontos a discutir, antes que o
57 documento fosse colocado em votação. Jorge pontuou o que acreditou ser uma incongruência
58 entre o texto da Resolução Consuni nº 212 e o texto da minuta, pois teve dúvida quanto aos
59 Núcleos Estratégicos de Pesquisa (NEPs). Alessandra esclareceu a dúvida, informando aos
60 membros que, no texto da Resolução Copes, os NEPs precisam ser mencionados de modo
61 isolado, pois eles não se enquadram como áreas da universidade, ou seja, não são unidades
62 administrativas, mas sim núcleos vinculados à Reitoria que, no entanto, possuem orçamento
63 próprio (disponibilizado também pela Reitoria). Lilian propôs então uma alteração de redação,
64 invertendo a ordem da menção às unidades administrativas e aos núcleos, para melhorar a
65 clareza. A sugestão foi acatada, e Alessandra deixou os indicativos registrados na minuta sobre
66 como realizar o ajuste. Alessandra perguntou se havia mais alguma objeção ou dúvida. Jorge
67 levantou dúvida quanto à dinâmica do treinamento que o bolsista TATP recebe. Alessandra
68 esclareceu que os requisitos específicos mínimos aos quais um candidato deve atender são
69 explicitados em edital; contudo, uma vez aprovado, é comum que o bolsista seja treinado em
70 rotinas e conteúdos que não dominava previamente, pois essa dinâmica é uma das
71 características dessa modalidade de bolsa. Alessandra pediu a Helvia que explicasse um pouco
72 mais essa dinâmica, uma vez que Helvia atua na coordenação dos biotérios do campus de Santo
73 André, e esses laboratórios já contam com o auxílio de bolsistas TATP desde o início de 2023.
74 Helvia iniciou dando um panorama da quantidade de biotérios e respectivos bolsistas, e então
75 pontuou o caso do biotério de Zebrafish como exemplo em que o bolsista aprovado tinha
76 amplos conhecimentos quanto ao manejo desses animais a ponto de poder multiplicar isso
77 para os demais membros do LMU, enquanto no caso do biotério de camundongos, a bolsista
78 aprovada precisou receber treinamento adicional dos servidores para poder atuar de modo
79 satisfatório. Helvia disse que, segundo a coordenação dos biotérios do campus de São Bernardo
80 do Campo, também correu tudo bem com os treinamentos que visaram aprimorar a atuação
81 dos bolsistas nos LMUs. Helvia reiterou que o caso do biotério de Zebrafish foi uma exceção,
82 pois, de modo geral, os treinamentos são necessários e contínuos. Jorge levantou dúvida sobre
83 o porquê de a Propes fazer o gerenciamento das bolsas que são ofertadas pelos núcleos.
84 Alessandra esclareceu que a Propes presta apoio administrativo aos Núcleos Estratégicos de
85 Pesquisa nesse sentido, justamente por não serem áreas e não possuírem mecanismos para
86 realizar ações que envolvam execução orçamentária sem o auxílio da Propes. Lilian esclareceu,
87 com o ensejo da discussão, o caso similar de núcleos que foram auxiliados pela Propes para

88 implementar bolsas TATP, quais sejam, o Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e o
89 Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia, pois tais núcleos receberam uma emenda
90 parlamentar, porém, por não serem áreas da universidade, não tinham como implementar os
91 pagamentos. Jorge levantou dúvida quanto ao modo como ocorreria a aprovação dos editais, e
92 Alessandra reiterou que, com a revisão do teor da minuta, os membros da Copes passam a ser
93 consultados, no âmbito de reunião presencial ou por meio eletrônico, para discussão e
94 aprovação antes de haver a publicação. Roosevelt iniciou a votação. Mediante as alterações de
95 redação propostas, a minuta foi aprovada por unanimidade. **Expediente.** 1) Minutas de
96 Resolução Copes: Regras do Programa PC-UFABC e Estágio Pós-Doutoral. Embora a discussão
97 das minutas tenha sido lançada em pauta como itens separados, devido à afinidade dos
98 assuntos tratados em cada documento, a discussão ocorreu de modo conjunto no decorrer da
99 reunião. Alessandra iniciou contextualizando os membros quanto a dificuldades e pontos
100 nebulosos que Propes e PROPG precisam lidar já há bastante tempo, devido ao fato de não
101 haver documentos institucionais que regem o estágio pós-doutoral na UFABC. Ela reiterou que
102 conversas entre essas duas áreas foram feitas, visando a elaboração conjunta de documento
103 nesse sentido e, no desenrolar desse processo, surgiu a necessidade de revisar também a
104 Resolução Consuni que rege o programa Pesquisador Colaborador da UFABC (PC-UFABC), pois
105 Propes e PROPG acordaram que seria adequado discutir o caso de pós-doutorandos bolsistas
106 em resolução própria, e o caso de pós-doutorandos voluntários no âmbito da resolução sobre o
107 programa PC-UFABC. Alessandra explicou que a Propes propôs ao Consuni a revisão da
108 resolução do programa PC-UFABC, para facilitar as alterações de teor, quando necessárias;
109 como resultado, ao Consuni, coube emitir a resolução que institui o programa, prevendo
110 regramentos gerais, e delegando à Copes a emissão de documento contendo os regramentos
111 específicos. Ela informou já ter sido dado andamento a essa etapa, com a publicação da
112 Resolução Consuni nº 232/2023, e, a partir daí, os membros da Copes têm a prerrogativa para
113 alterar o conteúdo que, atualmente, consta como Disposições Transitórias da resolução, e que
114 se refere à operacionalização do programa. A proposta da Propes é acrescentar artigos sobre o
115 estágio pós-doutoral voluntário ao teor desse texto, dentre outras alterações mais pontuais.
116 Alessandra abriu a palavra à discussão dos membros. Jorge questionou a pertinência em ser
117 criada a categoria de “pós-doutorando voluntário”, ou seja, sem financiamento. Ele apontou
118 que, em seu entendimento, haveria pouca ou praticamente nenhuma diferença entre o caso de
119 um pesquisador colaborador voluntário e um pós-doutorando voluntário e, portanto, criar esse
120 segundo enquadramento, a princípio, não seria pertinente. Juliana utilizou seu caso, enquanto
121 pesquisadora voluntária do IPEN, para ilustrar que há diferença entre as obrigações
122 institucionais que um pesquisador nessa categoria terá em relação ao modo como desenvolve
123 sua pesquisa, e aquelas que uma pessoa realizando estágio pós-doutoral terá (seja ele
124 voluntário ou financiado). Fabio e Juliana deram ainda outros exemplos para esclarecer mais
125 sobre a figura do pesquisador colaborador na UFABC, sendo mencionado o fato de que PCs
126 podem ser pesquisadores com diferentes níveis de formação acadêmica, variando desde alunos
127 de Graduação a portadores do título de Doutor. Alessandra retomou o ponto levantado por
128 Jorge, e também algumas colocações da reunião anterior, sobre o fato de que uma declaração
129 da Propes contendo a informação de que o pesquisador atuou em estágio pós-doutoral
130 voluntário terá mais peso, em termos de currículo, do que uma declaração de que ele atuou no
131 programa pesquisador colaborador, para então apontar que isso poderia criar precedente para
132 que os casos e “pós-docs voluntários” aumente; e isso poderia ser problemático. Jorge também
133 ergueu a problemática de que, num cenário em que um PC doutor deseje realizar o suposto
134 estágio pós-doutoral voluntário, ainda que ele precise apresentar documentos adicionais, como
135 projeto individual de pesquisa e plano de trabalho, é necessário definir quem ou que área terá

136 a competência para avaliar essa documentação, e ratificar que a pesquisa possui, de fato,
137 características que a enquadrem em nível pós-doutoral. Alessandra comentou, em resposta ao
138 apontamento de Jorge, que, como membro, ela também considera esse ponto ainda nebuloso,
139 mas acredita que essa avaliação seria feita pelo supervisor, segundo o que, por ora, é proposto
140 por Propes e PROPG. Fábio comentou achar mais pertinente que a avaliação fosse feita por
141 uma instância, retomando o exemplo de como ocorre nos casos em que há financiamento por
142 agências de fomento. Com isso, o ponto permaneceu em aberto, e os membros foram
143 apresentando os diferentes pontos de vista quanto a haver pertinência ou não em ser criada a
144 categoria de um pós-doutorando voluntário, em vez de manter tais casos abarcados como
145 pesquisadores colaboradores no âmbito do programa PC-UFABC, bem como quanto à questão
146 da avaliação da documentação de um pesquisador que deseje pleitear que esteja realizando
147 um pós-doutorado sem bolsa. Marcelo solicitou a palavra para acrescentar uma camada à
148 discussão, e expôs sua visão de que a criação da figura do pós-doutorando voluntário, embora
149 possível, é problemática, e fez um paralelo com a figura do professor voluntário para esclarecer
150 seu ponto. Ele comentou que algumas IFES, como a UFSCar, abrem editais para contratar
151 professores voluntários, apresentando o melhoramento de currículo como contrapartida ou
152 compensação ao fato de que essas pessoas serão contratadas para trabalhar, efetivamente
153 dando aulas, sem remuneração. Marcelo se posicionou contra esse tipo de iniciativa. Ele deixou
154 claro seu temor de que a iniciativa de criar um pós-doutorado voluntário na UFABC venha a ser
155 pervertida em um modo de angariar mão-de-obra especializada para o desenvolvimento da
156 pesquisa na instituição, porém sem a retribuição ou remuneração que se faz devida a um
157 profissional com esse nível de formação. Os membros retomaram as discussões com expressão
158 dos pontos de vista favoráveis ou contrários ao ponto levantado por Marcelo. Silvia solicitou a
159 palavra e mencionou o seu caso, quando atuou como PC, portadora do título de Doutor (que, à
160 época, se chamava Pesquisador Doutor Colaborador - PDC), para expor seu entendimento de
161 que PC e pós-doutorando são, de fato, categorias diferentes, não devendo haver mistura no
162 teor da resolução que irá reger o programa. Ela explicou que, em seu caso, ter participado do
163 programa foi uma experiência enriquecedora devido à oportunidade de utilizar as instalações
164 da UFABC e de ter as trocas de experiência com supervisor e pesquisadores do projeto. Lucas
165 reforçou sua visão de que o maior problema ou empecilho para criar o estágio pós-doutoral
166 voluntário recairia sobre a questão da avaliação, por estar ainda indefinida a metodologia para
167 isso. Ele então apontou que uma definição adequada de como seria feita a avaliação poderia
168 ser o mecanismo para evitar que o pós-doutorado voluntário se convertesse em algo distinto
169 daquilo que o teor atual da minuta sinaliza, ou seja, uma forma de permitir que um pesquisador
170 comprometido com esse objetivo transforme sua experiência de pesquisa na UFABC, no âmbito
171 do programa PC, em um estágio pós-doutoral, mediante cumprimento de obrigações e
172 requisitos específicos para isso. Os membros voltaram a expor seus pontos de vista, porém não
173 houve consenso quanto a suprimir ou manter os trechos da minuta de resolução sobre o
174 programa PC-UFABC que acrescentariam a figura do pós-doutorando voluntário às
175 possibilidades do referido programa, e o item seguirá em expediente para a próxima reunião.
176 Alessandra lançou os apontamentos dos membros no arquivo da minuta sobre o Estágio Pós-
177 Doutoral com bolsa, uma vez que a discussão inconclusiva quanto à minuta sobre o programa
178 PC-UFABC dificultou uma análise mais detida desse outro documento, em razão da atual
179 interdependência dos assuntos. Alessandra perguntou aos membros se haviam notado outros
180 pontos problemáticos em relação à minuta referente ao programa PC-UFABC, para além da
181 questão do pós-doutorado voluntário. Marcelo solicitou uma correção pontual dos trechos em
182 que a PROGRAD era mencionada, explicando ser mais adequado que as menções fossem aos
183 Centros, devido aos tipos de trâmite envolvidos nessas menções não serem de competência da

184 referida pró-reitoria, mas sim das Direções de Centro. Ele também sugeriu que o artigo
185 referente às responsabilidades solidárias do supervisor em relação aos atos do PC fosse
186 suprimido, pontuando que, até mesmo do ponto de vista jurídico, o trecho poderia ser
187 problemático. Alessandra registrou no arquivo a sugestão de supressão e outras sugestões
188 pontuais de revisão da redação, as quais foram feitas para fins de clareza, porém, sem alteração
189 de teor. Alessandra se comprometeu a inserir os textos de ambas as minutas em GDrive
190 institucional, a fim de que os membros pudessem realizar outras sugestões de alteração, e
191 visando consolidar textos mais maduros para o expediente da próxima reunião. Nada mais
192 havendo a declarar, às dezessete horas e vinte e dois minutos, a reunião foi dada como
193 encerrada, da qual eu, Alessandra Batista, lavrei a presente ata, que deverá ser lida por todos
194 os presentes e aprovada (por maioria simples) para posterior divulgação. -----

ROOSEVELT DROPPA JÚNIOR
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO